



José Duarte Vannucchi ()*

***Português do Brasil:
Quatro Aspectos.***

(*) Mestre em Lingüística pela PUC - Campinas (SP), 1996. Professor de Língua Portuguesa e de Prática de Ensino de Língua Portuguesa na Universidade de Sorocaba - UNISO.



RESUMO

O autor focaliza, neste trabalho, o essencial de quatro aspectos do Português do Brasil: unidade lingüística, adstrato, brasileirismos e dialeto caipira; chama a atenção, principalmente, para a importância do primeiro aspecto e termina com algumas considerações sobre a realidade idiomática nacional.

ABSTRACT

In this article the author focuses on the core of four aspects of Portuguese in Brazil: linguistic unity, border language ("adstrato"), Brazilian Typical usage and country dialect; he calls to attention mainly the importance of the first aspect and ends with a few considerations about the national idiomatic reality.

1. Unidade Lingüística no Brasil

É fato notável, verdadeiro milagre que, num país nem sempre organizado e, territorialmente, tão grande, como o Brasil, quarto lugar no mundo em terras contínuas, haja unidade lingüística, entendida esta como a possibilidade de os brasileiros se comunicarem satisfatoriamente, ainda que vivam em regiões completamente diferentes e muito distantes¹.

Efetivamente, nessa comunicação funciona bem uma parte do sistema lingüístico do Português que se sobrepõe, com facilidade e sem maiores conseqüências, às naturais e inevitáveis diferenças regionais. Não ocorre no Brasil o que é comum em muitos países: não temos variações lingüísticas fortes que mereçam ser chamadas de dialetos, no sentido tradicional da palavra.² A diversidade existente na sintaxe, semântica e, sobretudo, na pronúncia não impede a comunicação eficiente nem constitui ameaça à preservação da unidade lingüística nacional.

Ameaça tupi

Ameaça a essa unidade pode ter havido, sim, mas no passado. Até o início do século 18, de cada quatro pessoas três se comunicavam em Tupi e apenas uma em Português, informa Teodoro Sampaio (**O Tupi e a Geografia Nacional**), certamente com algum exagero. De qualquer maneira, o Tupi não estava para brincadeira e poderia ser contrariada a regra geral: o substrato, ou seja, o Tupi, língua dos dominados, poderia suplantar o superestrato, ou seja, o Português, língua dos dominadores. Mas a coisa não ficou assim: ordens régias emanadas da Metrópole em favor da Língua Portuguesa começaram a mudar a

¹ Dentro do território brasileiro cabe quase toda a Europa, 37 vezes a Inglaterra, 28 vezes a Itália e 15 vezes a França. Teoricamente, quanto maior o território, menor a possibilidade de haver unidade lingüística, e vice-versa.

² Em alguns países (Índia, por exemplo) há verdadeiras babéis lingüísticas. Pensemos só em dois casos: Suíça e Costa do Marfim. Na Suíça, como é sabido, falam-se, num território pequeno (41.293 km quadrados e população de, mais ou menos, sete milhões de pessoas), quatro línguas: Alemão, Francês, Italiano e Romanche (este é usado por apenas 1% da população). A República da Costa do Marfim, ex-província francesa na costa oeste da África, com uma área de 322.462 km quadrados e uma população em torno de dez milhões de habitantes, tem o Francês como língua oficial e sessenta dialetos. Como se vê, é muito dialeto para um território pouco maior que o Estado de São Paulo.

situação. Interessante, por exemplo, a recomendação feita, em 2 de dezembro de 1753, ao administrador dos índios da aldeia de Santana do Macapá, para que fizesse “toda a diligência para lhes insgnar a Língua Portuguesa, não os praticando nunca pela chamada **da terra**, mais do que para lhes explicar alguma palavra que eles não entendam em Portuguez, e para se irem fazendo Senhores dela será muito conveniente que **V.M.** os trate freqüentemente; e em estando algo, mais corrente no nosso idioma, ordenar-lhe que não fale aos outros senão em Portuguez e fará a estes mais agrados, e agasalhos, que aos mais”³.

E mais: Cesar Augusto Marques, no seu **Dicionário Histórico, Geográfico e Estatístico da Província do Espírito Santo**, de 1878, registra: “Língua Portuguesa - Em 23 de maio de 1795 ordenou a Câmara que só se falasse a língua portuguesa, **sob pena de prisão** (grifo meu). Esta medida tinha por fim acabar com o uso da língua indígena, então língua geral” (A língua geral era o Tupi).

Vale lembrar, também, que o Tupi recebeu tratamento especial dos missionários jesuítas, por razões de estratégia catequética, a ponto de Anchieta ter escrito uma gramática dessa língua. Por isso que, expulsos os jesuítas do Brasil, em 1757, o prestigioso idioma indígena, que deixou marcas fortes no Português do Brasil, especialmente no léxico (mais ou menos, dez mil tupinismos), sofreu duro golpe. Nem Policarpo Quaresma conseguiu reabilitá-lo...

Bom prognóstico

Atualmente, apesar do fracasso do ensino escolar do Português (e, evidentemente, de todas as demais disciplinas) e do mau Português que está em toda parte, a unidade lingüística é, paradoxalmente, sólida: enfrenta a invasão de influências externas, especialmente, do Inglês, e vence, como pode, os inimigos internos... Melhor ainda: tudo leva a crer que essa unidade lingüística não corre risco de enfraquecimento. Pelo contrário: a tendência é firmar-se, através do fortalecimento do Português culto.

Os prós

Diversos fatores atuam no sentido de favorecer a unidade lingüística brasileira. Tratemos, agora, só dos principais: a instituição escolar, os meios de comunicação de massa, a irradiação urbana e o que Saussure chamava de força de “intercourse”.

³ Neto, Serafim da Silva. **Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa**, p. 75-76. 4

Pensemos um pouco em cada um deles.

a) A instituição escolar

É, a nosso ver, o fator mais importante. Malgrado a escandalosa decadência do ensino brasileiro, a escola ainda é o instrumento mais eficaz e mais presente para difundir a variante culta do Português que, então, se sobreporá às variantes populares e regionais. Em outras palavras: a escola vai retificar ou, se for o caso, ratificar os hábitos lingüísticos das crianças, impondo apenas uma gramática. É a língua transmitida aperfeiçoada pela língua adquirida, para usar a conhecida dicotomia proposta por Victor Henry.

Afinal, é a grande oportunidade que a escola brasileira tem de desempenhar importante missão democrática: a ela cumpre igualar, lingüisticamente, os que são, socialmente, desiguais. Colocar ao alcance da criança, que não nasceu em berço de ouro, a variante culta, ou seja, a variante do Poder, é dar-lhe precioso instrumento para que encontre caminhos e abra portas num mundo de cruéis competições.

b) Meios de comunicação de massa

Estamos pensando em radiodifusão, televisão e jornal. A tais meios de comunicação está, também, reservado relevante papel. A exemplo do que acontece com a escola, esses meios de comunicação, apesar de exporem um Português com muitas falhas, são extremamente importantes para a difusão e manutenção da variante culta da língua. Os meios de comunicação de massa têm uma função lingüisticamente niveladora, porque propagam, através de edições nacionais, para diferentes e longínquas regiões os mesmos hábitos lingüísticos. É verdade que isso não deixa de ser reflexo do domínio econômico do Sudeste ou do Sul sobre as demais regiões ou, mais especificamente, de São Paulo e Rio de Janeiro sobre todos os outros Estados. Também é verdade que, em muito longo prazo, pode acontecer de o falar de São Paulo ou Rio de Janeiro sufocar o falar bonito e pitoresco de outros lugares. (E, agora, temos de considerar o seguinte: do ponto de vista estritamente da comunicação, quanto menos diversidade lingüística houver, melhor; mas, do ponto de vista exclusivamente lingüístico, quanto mais diversidade na unidade lingüística houver, melhor).

De qualquer maneira, é grande a responsabilidade que têm os meios de comunicação em relação à Língua Portuguesa. Felizmente, começam a revelar preocupação com o uso cometo do idioma. Muita coisa, naturalmente, ainda deve ser feita, mas algumas iniciativas concretas já acenam com resultados satisfatórios não muito longínquos, certamente.

c) Irradiação urbana

É fato comprovado que as cidades maiores e mais importantes (geralmente, as capitais) exercem influência quase total (costumes, arquitetura, indústria, comércio, consumo, vida cultural e artística, funcionamento dos meios de comunicação etc.) sobre as cidades menores e menos importantes.

Tal influência ocorre também lingüisticamente. Assim, os centros urbanos maiores e mais importantes impõem ou difundem usos idiomáticos aos moradores dos centros menores e menos importantes que estão, geograficamente, sob seu raio de ação. (Só como exercício de imaginação se pode pensar na influência lingüística do menor, do mais fraco, sobre o maior, o mais forte).

Em termos de Brasil, além da influência lingüística em âmbito regional ou estadual, deve-se registrar, mais uma vez, a difusão do Português de São Paulo e Rio de Janeiro para todo o país, em razão da ascendência cultural e econômica dessas unidades federativas, geradoras de informação. Ainda que o predomínio do Português paulista e carioca possa ter algum inconveniente, ele é benéfico do ponto de vista da unidade lingüística.

d) Força de intercâmbio

É outro importante fator de manutenção da unidade lingüística. Trata-se de expressão criada por Saussure para designar o princípio segundo o qual a vida em sociedade obriga as pessoas a conversar, a se comunicarem, o que torna a língua mais coesa, com o conseqüente enfraquecer de manifestações dialetais e sua possível propagação.

Quanto mais comunicação houver entre os indivíduos, melhor para a língua, pois o isolamento geográfico gera o isolamento social e este gera o isolamento lingüístico⁴. E para que haja comunicação social intensa é preciso que haja bas-

⁴ O chamado dialeto caipira e a língua africana ("Cupópia") falada na comunidade negra do Cafundó, em Salto de Pirapora, SP, comprovam bem as conseqüências do isolamento social.

tante progresso, colocando à disposição das pessoas meios e facilidades para concretizar o intercâmbio ("intercourse") de que fala o mestre de Genebra.

Outros fatores

Além desses quatro fatores que acabamos de focalizar, outros há, de ordem bem-geral, importantes também, porque propiciam a atividade lingüística, quer o indivíduo esteja na posição de emissor quer na de receptor. Assim, são condições favoráveis à manutenção da unidade lingüística: ampla e eficiente rede de comunicação telefônica e postal, estradas em boas condições, interligação de cidades e Estados por redes rodoviária, ferroviária e aeroviária, bom poder aquisitivo da população, que dará condições para o turismo, para o acesso aos bens culturais e artísticos, indústria editorial próspera e comercialização eficiente do livro, as práticas religiosas, o Poder Judiciário, o teatro etc.

2. Adstrato⁵

É sabido que o Brasil, com seus quase 25 mil quilômetros de fronteiras terrestres e marítimas, vive nelas uma situação lingüística bem mais complexa que a de muitos países. (Portugal, por exemplo, só tem um vizinho: a Espanha). Com efeito, nosso país limita-se lingüisticamente com o Espanhol - "Toda a América **habla**, só o Brasil **fala**" - (Uruguai, Paraguai, Argentina, Peru, Bolívia, Colômbia e Venezuela), com o Holandês (Suriname), Inglês (Guiana)⁶ e Francês (Guiana Francesa). (As fronteiras com os três últimos países representam apenas 12,33%; todo o restante é com vizinhos de fala espanhola).

O problema lingüístico agrava-se, quando a zona fronteiriça é densamente habitada e a divisa geográfica é pequena; há casos em que, atravessando uma rua, se chega a outro país.

A repercussão dessa realidade física na realidade lingüística é inevitável: instala-se, de imediato, uma situação de bilingüismo. Se temos dois idiomas em confronto - idioma A e idioma B - os habitantes da região acabarão não falando exclusivamente nem o idioma A nem o idioma B, mas falarão um "idioma" C, que resulta da mistura de ambos. É o caso sobejamente conhecido do "portunhol",

⁵ O termo adstrato foi proposto por Valkhoff para caracterizar a situação lingüística que se cria em zona de fronteira, que envolve países de falas diferentes.

⁶ Em Bonfim, cidade de Roraima, diz-se que 90% da população falam Inglês.

mistura de nosso Português e do Espanhol dos nossos caros vizinhos. (Deve ficar claro que a criança de fronteira não se torna diglota, pois não chega a dominar bem as duas línguas; ela se torna, sim, bilíngüe).

Essa situação típica de fronteira, por outro lado, vai repercutir no ensino da língua nativa. Do lado brasileiro teremos crianças cuja **língua transmitida** terá marcas do Espanhol; do lado do vizinho, a **língua transmitida** terá marcas do Português do Brasil. Isso, evidentemente, acarretará dificuldades específicas ao ensino-aprendizagem da chamada **língua adquirida**, nos dois lados da divisa.

O quadro torna-se mais grave, quando as condições materiais deixam a desejar. E é justamente aqui que a coisa fica feia e muito comprometedor para o Brasil, bem maior que seus vizinhos, mas, apesar disso, nem sempre melhor que eles.

Há fatos estarrecedores, da maior gravidade, que nos envergonham como Nação.

Em 1974, a Associação Gaúcha de Emissoras de Rádio e Televisão, através de seu presidente, Flávio Alcaraz, denunciava que “os países que têm fronteira conosco possuem emissoras de TV mais potentes do que as nossas, e isto está criando alterações na linguagem das cidades”. E continua: “Em Uruguaiana, a 650 quilômetros de Porto Alegre, os meninos falam uma espécie de dialeto em que há predominância de termos espanhóis, pois a população só escuta as rádios argentinas”⁷.

Em 1988, outra denúncia: em Barra do Quaraí (RS), “vinte filhos de brasileiros caminham diariamente sete quilômetros e vão freqüentar uma escola no Uruguai, porque a localidade não dispõe de professores para alfabetizá-los”⁸.

Muito mais grave, porém, é o que acontece na divisa entre o Brasil e a Colômbia, envolvendo as cidades de Tabatinga (brasileira) e Letícia (colombiana): “Todos os dias um grupo de aproximadamente 300 crianças brasileiras atravessa a fronteira para ir estudar na Colômbia. Elas saem de Tabatinga (a 1.100 km de Manaus) para assistir aulas em escolas públicas de Letícia, na Colômbia. As duas cidades são separadas por apenas uma rua. O motivo: do lado colombiano o ensino é melhor. As escolas de Letícia são mais equipadas do que as de Tabatinga (AM), o nível dos professores é melhor, as crianças passam mais

⁷ Jornal **O Estado de S. Paulo** (SP), de 21-08-1974.

⁸ Jornal **Folha de S. Paulo** (SP), de 12-05-1988.

tempo na escola, e o prefeito investe mais na educação. O governo colombiano não impõe restrições para a matrícula de alunos brasileiros e o período estudado em Letícia é reconhecido pelas escolas de Tabatinga”⁹.

E que mais? Mais isto: essas crianças brasileiras têm aulas de Espanhol todos os dias, idem de história e geografia da Colômbia e o único hino nacional que sabem cantar é o colombiano!

Estão aí apenas três denúncias, mas é fácil imaginar quanta coisa errada, em matéria de ensino e educação, pode estar ocorrendo por nossas infindáveis fronteiras, sob “o esplendor do Cruzeiro do Sul”...

Que vergonha, Brasil!

3. *Brasileirismos*

A questão dos brasilerisimos deve ser vista com muito cuidado. Está bem demonstrado que muitos deles não passam de palavras, expressões, construções ou pronúncias antigamente usadas ou, ainda, em uso nas mais diversas regiões de Portugal¹⁰.

O Português trazido para o Brasil, após o descobrimento, foi o arcaico; os portugueses vieram de todas as regiões de Portugal (e mais do Norte, talvez) e aqui, reunidos, os seus hábitos lingüísticos se misturaram; o Português popular atual do Brasil, em grande parte, é a conservação daquele estado idiomático.

Para não nos alongarmos muito, consideremos apenas três casos :

1. O emprego impessoal do verbo **ter**, muitas vezes, é incluído na relação de brasileirismos. Ledo engano, pois tal emprego sempre ocorreu no Português arcaico e, até mesmo, no século passado, usado que foi por escritores românticos. Usar **ter=haber impessoal** é fato muito antigo: começou no Latim Vulgar, quando o verbo **habere** passou a ser empregado com o valor de **esse** (assim usado, por exemplo, na “Peregrinatio ad Loca Sancta”) que, no Latim Clássico, expressava a noção de existir.

⁹ Id., 26-05-1996.

¹⁰ Aurélio Buarque de Holanda, no prefácio ao **Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**, entre outras considerações, faz alusão especial aos brasileirismos que designam “palavras ou acepções criadas em nosso país ou que, de uso geral antigo na língua, modernamente só aqui se empregam - brasileiros natos ou naturalizados”. Percebe-se que o ilustre lexicógrafo tem consciência de que brasileirismos há que não passam de “brasileirismos”...

2. O mesmo se diga a respeito do emprego de pronomes pessoais retos em função objetiva: é ocorrência sempre verificada na história da Língua Portuguesa.
3. O emprego atual do gerúndio, no Português do Brasil, (**O trem está chegando**) foi ocorrência no Português europeu até o século 17, quando essa forma nominal passou a ser substituída pelo infinitivo precedido pela preposição **a** (**O trem está a chegar**).

Esses três casos, ainda hoje com enorme potencial de uso no Brasil, constituem ocorrências fartamente comprovadas no Português arcaico de Portugal. Não podem, pois, ser rotulados de brasileirismos.

Silveira Bueno chega a afirmar, com algum exagero: não existe um só dos chamados 'brasileirismos' que não se possa encontrar nos bons autores portugueses"¹¹.

De qualquer maneira, o fato é que se trata de questão que ainda está por ser bem estudada. Vontade para isso, aliás, vem de longe. Em reunião da Academia Brasileira de Letras realizada em 7-12-1898 (menos de dois anos após a sua fundação), Machado de Assis, presidente, propôs que a entidade dos "imortais" organizasse um dicionário de brasileirismos, empresa que foi iniciada, mas que nunca chegou ao fim, o que, naturalmente, não é de estranhar...

4. Dialeto Caipira

Por dialeto caipira podemos entender, hoje: 1 - em sentido restrito, a língua dos rurícolas, das pessoas escassamente ou nada escolarizadas que vivem no campo; 2 - em sentido amplo, a língua de todos aqueles que, embora vivam em centros urbanos, são também escassamente ou nada escolarizados e têm hábitos lingüísticos iguais ou semelhantes aos dos camponeses.

Nos dois sentidos constitui excelente exemplo de vitalidade da **língua transmitida** (em oposição à **língua adquirida**). De fato, o dialeto caipira vem de longe: é, basicamente, o Português arcaico acrescido de hábitos lingüísticos surgidos durante o processo de aprendizagem (do Português) pelos índios e negros escravos. Daí as suas, possivelmente, principais características: aspecto arcaizante e notável simplificação do sistema flexional.

¹¹ Bueno, Silveira. **Estudos de Filologia Portuguesa**, p. 213.

Trabalho de mestre

Agora, um rápido desvio para lembrar uma obra que anda, injustamente, esquecida: **O Dialeto Caipira**, de Amadeu Amaral, publicado em 1920. Ainda que o autor se considerasse “um hóspede em glotologia”, na verdade, trabalhou como um observador atento, talentoso e sério, um autêntico lingüista, e aliou à pesquisa, cientificamente conduzida, uma probidade exemplar. Reclamava “estudos sérios, positivos, minuciosos, limitados a determinadas regiões”, para que se pudesse conhecer bem o que se chamava de “dialeto brasileiro”. Expressava o desejo de “que muitos observadores imparciais, pacientes e metódicos se dedicassem a recolher elementos em cada uma dessas regiões, limitando-se estritamente ao terreno conhecido e baindo por completo tudo quanto fosse hipotético, incerto, não verificado pessoalmente”. (Atente-se para o que está grifado)¹².

Às pessoas que quisessem ajudá-lo fazia seis recomendações, das quais a primeira era esta: “Não recolher termos e locuções apenas referidos, mas os que forem pessoalmente apanhados em uso, na boca de indivíduos desprevenidos”¹³.

Por isso **O Dialeto Caipira**, de Amadeu Amaral, dividido em cinco capítulos - fonética, lexicologia, morfologia, sintaxe e (o precioso) vocabulário - resultou numa obra da maior importância dentro dos estudos lingüísticos brasileiros e constitui, até hoje, segundo o nosso conhecimento, o estudo especializado mais importante sobre o falar do campo, no Brasil.

Tudo isso aconteceu apenas quatro anos após a publicação do famoso **Curso de Lingüística Geral**, de Saussure. Amadeu Amaral já dava, então, demonstração de saber pesquisar cientificamente a língua e partia, realmente, para uma investigação útil, que enriquecia nosso modesto conhecimento sobre a realidade lingüística brasileira. Apesar de “hóspede em glotologia”, é exemplo para muitos que outra coisa não sabem fazer senão ficar apregoando e vendendo peixe alheio e estrangeiro, em lugar de produzir conhecimento novo que nos ajude a entender mais e melhor o idioma nacional.

¹² Amaral, Amadeu, **O Dialeto Caipira**, p. 43

¹³ *Ib.*, *ib.*, p. 44.

Até quando?

Interessante observar que a tão longa vida desse falar é, em grande parte, conseqüência do decadente ensino brasileiro. Fosse este menos ruim, dele não ficariam excluídos milhões de crianças que, então, sofreriam a benéfica interferência retificadora da língua adquirida. Excluídos, não lhes resta senão a língua da fase arcaica, que vai passando de geração a geração, e que, para aprendê-la, basta ter alguma saúde...

Mas, afinal, o dialeto caipira tem, ainda, muito fôlego? Ou está com os dias contados?

Tudo leva a crer que, em médio ou longo prazo, desaparecerá, pois há razões fortes para isso. Entre outras, estas: o isolamento social tende a diminuir, graças ao progresso que, embora muito menos do que é desejável, vai alcançando as populações rurais, através de novas e melhores estradas, rede telefônica, expansão da rede escolar pública e, sobretudo, pela penetração cada vez maior dos meios de comunicação de massa, como a televisão e a radiodifusão.

A chegada da televisão aos meios rurais merece atenção especial: através dela, mais do que através do rádio e muito mais do que do jornal, a vida urbana e "oficial" do país alcança e influencia o campo. A televisão inunda o campo com o Português das cidades.

Conclusões

1. De quanto acabamos de ver é importante realçar a miraculosa existência de unidade lingüística no Brasil e - não menos importante - a perspectiva de sua preservação, graças àqueles fatores atrás focalizados.
2. Unidade lingüística não deve ser entendida como igualdade e, muito menos, estagnação lingüística. Pelo contrário, a unidade em questão abarca muito bem a diversidade, a rica variedade lingüística existente no país. Temos, pois, duas realidades positivas: de um lado, a unidade lingüística que assegura a intercomunicação sem problemas e, de outro, a diversidade que toma mais rica aquela unidade. Tudo isso acontece num país de proporções continentais. Em suma: unidade e diversidade, em matéria de língua, podem conviver em paz.

3. Se, de um lado, é muito rica e fascinante a nossa realidade lingüística, por outro, em contraste, é pobre o conhecimento que temos dela. Um fato comprova bem isso: já foram feitas diversas propostas de divisão lingüística do Brasil (das quais a mais conhecida e prestigiada é a de Antenor Nascentes), mas, até hoje, não temos uma “oficial”, mais ou menos, de consenso.

Há muito, ainda, para ser pesquisado, apesar de numerosos trabalhos da melhor qualidade já publicados (livros e artigos em revistas especializadas) e de valiosas teses universitárias. (Pena que o precioso conteúdo de muitas teses fique cuidadosamente guardado e protegido nos solenes armários acadêmicos, acabando por ser do conhecimento apenas do autor e da privilegiada banca examinadora...)

O país precisa gastar em pesquisas lingüísticas (úteis, é claro, pois não é justo que a sociedade, como sempre, pague a conta e, em troca, também como sempre, nada ganhe) bem-planejadas, com objetivos bem-definidos e, de preferência, direcionados para o que poderá vir a ser o tão sonhado e necessário atlas lingüístico brasileiro, registro da nossa realidade idiomática.

4. Uma das conseqüências da pesquisa lingüística será um entendimento melhor do Português culto do Brasil. Não o conhecemos bem, ainda. (O Projeto NURC, por sinal, que é dele?). Ensinamos no Brasil coisas que valem só para Portugal ou, simplesmente, não valem mais nada. Por exemplo: todas as nossas gramáticas, todos os livros didáticos e todos os professores de Português continuam ensinando a segunda pessoa do plural: vós sois, vós quisestes, vós direis... “Ora, direis...” (E para a segunda pessoa do singular só registram e ensinam **tu**, ignorando o largo emprego de **você**).

Então, a primeira coisa é conhecer melhor a variante culta do Português do Brasil, não de Portugal; conhecer a gramática através da qual aquela variante se torna realidade. Passo seguinte: ensinar aos brasileiros a gramática dessa variante.

Depois, caberá, permanentemente, à escola o cultivo, a difusão e a preservação da modalidade culta.

5. É muito importante manter uma variante culta para ser o Português “oficial” do Brasil. O Português das salas de aula, da Justiça, do Parlamento, do Governo, dos meios de comunicação de massa, da publicidade, dos púlpitos, da correspondência empresarial, bancária, comercial, social, dos textos que acompanham produtos comerciais tem de ser culto.

E não há nenhum inconveniente em que essa variante tenha bastante estabilidade, seja conservadora; ela e a variante popular, o Português do dia-a-dia, o Português alegre, expressivo, inovador e “errado” das ruas coexistirão sem atritos, em perfeita harmonia.

A escola cuidará de colocar ao alcance de todos os brasileiros, dos mais diversos níveis socioeconômicos e culturais, a variante culta que os igualará lingüisticamente.

Na medida em que milhões de brasileiros se forem libertando das sofridas condições materiais que lhes impedem o acesso à cultura, irão também se aposando, ainda que a duras penas, da variante culta do Português do Brasil que, por princípios democráticos, deve ser bem de todos e não, apenas, de uma elite escolarizada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. AMARAL, Amadeu. **O Dialeto Caipira**. São Paulo: Editora Anhembi Ltda., 1955.
2. BUENO, Francisco da Silveira. **Estudos de Filologia Portuguesa**. 2ª ed. São Paulo : Saraiva, 1954.
3. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Companhia Distribuidora de Livros, 1961.
4. NETO, Serafim da Silva. **Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1950.
5. SAMPAIO, Teodoro. **O Tupi na Geografia Nacional**. Bahia, 1928